



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

672 ASL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 279454-9

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Marlene Maria do Nascimento e outros

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE COM FUNDAMENTO NO ART. 543-C, § 7º, I DO CPC. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO DA NATUREZA PÚBLICA DA APÓLICE E DO COMPROMETIMENTO DO FCVS. PRESENÇA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVARIAM O INTERESSE JURÍDICO DA CEF. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. APLICAÇÃO CORRETA DA PREVISÃO CONTIDA NO ART. 543-C, § 7º, I DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Por não restar demonstrada a natureza pública da apólice e o comprometimento do FCVS, com risco concreto de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), não há como defender o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal em ingressar na presente demanda;

2. Consoante o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.091.363/SC e 1.091.393/SC, afetados à sistemática dos recursos repetitivos, é indispensável que seja comprovada a afetação ao FCVS, o que ocorrerá na hipótese de os prêmios recebidos pelas seguradoras e a reserva técnica do FESA serem insuficientes para o adimplemento da indenização securitária, situação que, dada a sua excepcionalidade, deve ser concretamente demonstrada pela Caixa Econômica Federal, sendo frágil a assertiva da impossibilidade dessa comprovação;

3. Em sede de Recurso Especial, é vedado analisar a presença de documentos que supostamente comprovariam o interesse jurídico da CEF, posto ser impossível o reexame de provas, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça;

4. Por se tratar de processo relativo a seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação-SFH, à míngua de comprovação da natureza pública da apólice e do risco de comprometimento do FESA, a Vice-Presidência agiu correto em aplicar a previsão do art. 543-C, § 7º, I do CPC, subsumindo a hipótese tratada nos autos, ao julgamento afetado à sistemática dos recursos repetitivos proferido pelo Superior Tribunal de Justiça;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo Regimental no Recurso Especial.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 279454-9, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, negar provimento ao Agravo, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, de 11 de

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

664 fgh

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 279454-9

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Marlene Maria do Nascimento e outros

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental no Recurso Especial interposto contra decisão que em juízo de admissibilidade implicou negativa de seguimento à insurgência especial, com espeque no art. 543-C, § 7º, I do Código de Processo Civil.

Em suas razões (fls. 646/656), a parte agravante entende que há nos autos provas hábeis a demonstrar o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal na presente demanda, oportunidade na qual relaciona alguns documentos que subsidiariam a sua pretensão.

Defende a tese de que o julgamento do recurso repetitivo sobre o tema foi equivocado, eis que impossível demonstrar a afetação do FCVS antes de findo o processo, devendo apenas aferir o interesse jurídico da Caixa através da presença das apólices públicas, do ramo 66. Assim, verificada a natureza pública das apólices, o FCVS sempre seria afetado, não sendo possível contestar o interesse jurídico da CEF.

Entende, ainda, ser inaplicável o art. 543-C, § 7º, I do CPC no presente caso, pois o Superior Tribunal de Justiça concluiu que o interesse jurídico dependeria de critérios objetivos e subjetivos, a serem investigados no caso concreto.

Por fim, caso não seja exercido o juízo de retratação, pleiteia que o Agravo Regimental seja submetido à Corte Especial, a fim de destrancar o processamento do Recurso Especial, remetendo-o ao Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Recife,

de

de

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente



666 ASL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 279454-9

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Marlene Maria do Nascimento e outros

VOTO

Visa a recorrente, através do presente Agravo Regimental no Recurso Especial, obter a reforma da decisão que negou seguimento ao apelo especial, ao aplicar o art. 543-C, § 7º, I do Código de Processo Civil.

Examinando detidamente o teor da peça recursal, entendo que os argumentos esposados não são hábeis a modificar o *decisum* atacado.

Nas demandas que envolvem discussão sobre indenização securitária no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, o Superior Tribunal de Justiça aplica o entendimento firmado no Resp nº 1.091.363 – SC e nº 1.091.393/SC afetados à sistemática do art. 543-C do CPC. Senão vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, a Caixa Econômica Federal – CEF – detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 – período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 – e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (apólices públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a



667 ASL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.

5. Na hipótese específica dos autos, tendo sido reconhecida a ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

(STJ - EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.363 – SC. Rel. p/ acórdão: MINISTRA NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, 14/12/2012). Grifei.

No presente caso, não restou assentada a natureza pública da apólice, nem o comprometimento do FCVS.

Ademais, nos termos do julgamento dos Recursos Especiais nº 1.091.363/SC e 1.091.393/SC, afetados à sistemática dos recursos repetitivos, é indispensável que seja comprovada a afetação ao FCVS.

Na verdade, apenas haverá risco de afetação ao FCVS na hipótese de os prêmios recebidos pelas seguradoras e a reserva técnica do FESA serem insuficientes para o adimplemento da indenização securitária, situação que, dada a sua excepcionalidade, deve ser concretamente demonstrada pela Caixa Econômica Federal, sendo frágil a assertiva da impossibilidade dessa comprovação.

Assim, considero desarrazoado o argumento de que teria havido a aplicação incorreta do art. 543-C, § 7º, I do CPC.

Com efeito, tratando-se de hipótese relativa a seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação-SFH, à míngua de comprovação da natureza pública da apólice e do risco de comprometimento do FCVS, não há dúvida de que a competência para processar a presente demanda é da Justiça Estadual, estando a decisão em harmonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

De mais a mais, a agravante ainda relaciona uma série de documentos que supostamente comprovariam o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para intervir no feito e, consequentemente, implicaria na declinação da competência jurisdicional em prol da Justiça Federal.

Todavia, é incabível, na via especial, imiscuir-se na seara probatória para confrontar a conclusão a que alcançou o Órgão Fracionário, sob pena de afrontar a Súmula nº 07 do STJ, sendo impossível flexibilizá-la.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

668 Agl

Diante de tais considerações, voto pelo desprovimento do Agravo Regimental no Recurso Especial.

Recife, de

de .

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente